

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Conforme e-mail enviado terça-feira 13/08/2019 12:10 Sr. Pregoeiro (a), boa tarde! Devido a problemas com a conexão do servidor da empresa e instabilidade no portal do COMPRASNET, ficamos um período sem conexão com a INTERNET e por isso não tínhamos como atender a V.sas solicitação registrada em chat (13/08/2019 11:02:56), poderia nos convocar novamente? Podemos chegar no valor estimado de R\$ 245.513,14. Peço desculpas pelo ocorrido, qualquer dúvida estamos à disposição. Att.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Prezados (as) Senhores (as), vimos por meio desta apresentar, recurso junto á Superintendência Estadual de Compras e Licitações do Estado de Rondônia. Os argumentos que contesto a referida decisão de cancelamento do item por não responder a convocação da equipe de licitação em chat terça-feira dia (13/08/2019 11:02:56), foi pelo motivo de problemas com o servidor da empresa dificultando o acesso a INTERNET e a instabilidade no portal do COMPRASNET, apresentando erro de desconexão no portal a todo momento. Foi enviado um e-mail para o órgão no mesmo dia terça-feira (13/08/2019 12:10), porém sem resposta:

"Sr. Pregoeiro (a), boa tarde!

Devido a problemas com a conexão do servidor da empresa e instabilidade no portal do COMPRASNET, ficamos um período sem conexão com a INTERNET e por isso não tínhamos como atender a V.sas solicitação registrada em chat (13/08/2019 11:02:56), poderia nos convocar novamente? Podemos chegar no valor estimado de R\$ 245.513,14.

Peço desculpas pelo ocorrido, qualquer dúvida estamos à disposição.

Att.

Kaique Barboza
Departamento de Licitações

Avenida dos Imarés, 401
CEP 04085000 - São Paulo-SP, Brasil
t. +55 11 5090 7233 ramal 5952 c. +55 11 97487 5657
unitedmedical.com.br

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente"

Gostaríamos que considerasse nossos argumentos a fim de não cancelar o item e ter que abrir um novo processo licitatório.

Kaique Barboza
Procurador

Avenida dos Imarés, 401
CEP 04085000 - São Paulo-SP, Brasil
t. +55 11 5090 7233 ramal 5952 c. +55 11 97487 5657
unitedmedical.com.br

Fechar



Equipe Delta SUPEL/ RO <delta.supel@gmail.com>

A/C. SR. PREGOEIRO (A): CHAMADA PE nº 144-2019 - SUPERINTEND. ESTAD. DE COMPRAS E LICITAÇÕES/RO - ITEM 1 = 150 FRAS AZACITIDINA 100MG

Kaique Carneiro <kaique.carneiro@unitedmedical.com.br>
Para: "delta.supel@gmail.com" <delta.supel@gmail.com>
Cc: Mario Cabral Da Silva <mario.cabral@unitedmedical.com.br>

13 de agosto de 2019 11:09

Sr. Pregoeiro (a), boa tarde!

Devido a problemas com a conexão do servidor da empresa e instabilidade no portal do COMPRASNET, ficamos um período sem conexão com a INTERNET e por isso não tínhamos como atender a V.sas solicitação registrada em chat (13/08/2019 11:02:56), poderia nos convocar novamente? Podemos chegar no valor estimado de **R\$ 245.513,14**.

Peço desculpas pelo ocorrido, qualquer dúvida estamos à disposição.

Att.



Kaique Barboza

Departamento de Licitações

Avenida dos Imarés, 401

CEP 04085000 - São Paulo-SP, Brasil

t. +55 11 5090 7233 ramal 5952 c. +55 11 97487 5657

unitedmedical.com.br

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

EXAME

EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2019/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0036.107618/2019-19 – SESAU/RO.

OBJETO: Implantação de SRP para futura, eventual e parcelada contratação de materiais de consumo (medicamentos oncológicos/antineoplásicos e adjuvantes) para atender as necessidades e demandas do núcleo de mandados judiciais - NMJ. Fracassados no PE 363/2018 e outros. Conforme memorial descritivo e SAMS, com a finalidade de atender as necessidades e demandas do núcleo de mandados judiciais (NMJ), setor/núcleo vinculado à estrutura organizacional e operacional da secretaria de estado da saúde (SESAU).

Recorrente: UNITED MEDICAL LTDA - ITEM

01

1. DA ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA EMPRESA UNITED MEDICAL LTDA.

A licitante **UNITED MEDICAL LTDA, CNPJ 68.949.239/0005-70** manifestou intenção de recurso para o item 01, e este Pregoeiro, sob à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº. 12.205/2006, recebeu e conheceu a intenção apresentada, e posteriormente o recurso interposto, por reunirem as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerados TEMPESTIVOS.

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO E DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE UNITED MEDICAL LTDA

Em intenção de recurso, a Recorrente UNITED MEDICAL LTDA alega que teve problemas de conexão com a internet, e que, por essa razão, não teria tido como responder, no chat de mensagens do Comprasnet, a convocação do pregoeiro para negociar o valor do item 01. Completa requerendo nova convocação e afirma poder chegar no valor estimado pela administração. Na peça recursal, a licitante se desculpa pelo ocorrido e torna a indagar sobre a possibilidade de nova convocação para negociação do valor do item 01.

3. DAS CONTRA RAZÕES

Não houve contrarrazão.

4. DO MÉRITO

Em nome do interesse público, a demanda proposta pela recorrente merece prosperar. Vê-se que o item 01 encontra-se cancelado na aceitação, e uma das razões fora a não resposta da recorrente quando da convocação no chat de mensagens para negociar o valor ofertado. Embora a recorrente não apresente

nenhuma comprovação dos supostos problemas de conexão com o sistema Compranet, a mesma requer nova convocação, bem como afirma que pode chegar no valor estimado. Sendo assim, entendo que é do interesse da administração a implementação de retorno de fase para empreender nova negociação e, possivelmente, concluir a presente licitação com êxito no item 01.

Importa destacar que o item em questão é de grande relevância, pois é medicamento que visa atender pacientes com doenças severas. Tal item já restou fracassado em certame licitatório anterior, por essa razão, entendo ser imprescindível o retorno de fase, já que a recorrente afirma poder negociar o valor proposto para adequá-lo ao valor estimado pela administração. Nestes termos, com fito na autotutela, ancorado nas súmulas nº 346 e 473 do STF, bem como no art. 53, do Diploma Federal N. 9.784/99, e ainda sob a luz cristalina do Decreto Estadual N. 12.205/06, bem como da Lei Federal 10.520/02, proloco a decisão abaixo.

5. DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da seleção da proposta mais vantajosa, julga-se pela **PROCEDÊNCIA DO RECURSO IMPETRADO PELA LICITANTE UNITED MEDICAL LTDA**, no item **01**.

Sob luz do Decreto Estadual n. 12.205/2006, art. 7º, inciso IV, remeto os autos a Autoridade Competente e submeto a presente decisão ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior, na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento

Porto Velho - RO, 29 de agosto de 2019.

JADER CHAPLIN BERNARDO DE OLIVEIRA

Pregoeiro - Equipe DELTA/SUPEL

Mat. 300130075



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 29/08/2019, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **7531431** e o código CRC **E6AB7FC8**.



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 562/2019/SUPEL-ASSEJUR

Referência: Processo administrativo 0036.107618/2019-19 - Pregão Eletrônico nº 144/2019/DELTA/SUPEL/RO

Procedência: Comissão de Licitação DELTA/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

Objeto: Implantação de SRP para futura, eventual e parcelada contratação de materiais de consumo (medicamentos oncológicos/antineoplásicos e adjuvantes) para atender as necessidades e demandas do núcleo de mandados judiciais - NMJ. Fracassados no PE 363/2018 e outros. Conforme memorial descritivo e SAMS, com a finalidade de atender as necessidades e demandas do núcleo de mandados judiciais (NMJ), setor/núcleo vinculado à estrutura organizacional e operacional da secretaria de estado da saúde (SESAU).

Valor estimado: R\$ 4.599.692,06 (quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e dois reais e seis centavos)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Retorno de fase negociação. Único licitante. Conhecimento. Deferimento.

I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **UNITED MEDICAL LTDA** (7512878), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o **Pregão nº 144/2019/DELTA/SUPEL/RO**.

II - ADMISSIBILIDADE

4. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

5. Não foram apresentadas contrarrazões aos autos.

III - DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE UNITED MEDICAL LTDA (7531431)

6. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que desclassificou a sua proposta de preços para o item 01.
7. Informa que, durante a condução do certame, teve problemas com a conexão e instabilidade no comprasnet; portanto, não poderia atender às solicitações registradas em chat (13/08/2019 11:02:56).
8. Relata que enfrentou problemas com o servidor, contudo- às 12:10 do 13/08/2019- encaminhou e-mail ao Pregoeiro relatando o ocorrido e solicitando que o Pregoeiro a convocasse novamente para negociação.
9. Desta forma, pugna pelo conhecimento e procedência do seu recurso, para reformar a decisão da Pregoeira e classificar a sua proposta de preços, a fim de não fracassar o item.

IV - DECISÃO DO PREGOEIRO (7531431)

10. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:

- **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **UNITED MEDICAL LTDA** para o item 01.

V- PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

11. Insurge a licitante **UNITED MEDICAL LTDA** contra decisão que a desclassificou para o certame em relação ao item 01.
12. A empresa foi desclassificada por apresentar valor acima do estimado e ao ser convocada pelo Pregoeiro para negociar não atendeu a solicitação.
13. Ocorre que, em sede de recurso administrativo, a licitante informou que teve problemas com a conexão, portanto, não teve como atender às requisições do Pregoeiro.
14. Verifica-se na Ata de Realização de Pregão Eletrônico (7484578) que a licitante foi convocada para negociar os valores às 11:02:56 (horário de Brasília) no dia 13/08/2019.
15. Em análise aos autos, extrai-se que a licitante encaminhou e-mail para a equipe DELTA às 12:09 (horário de Brasília) na mesma data, informando do ocorrido e solicitando que o Pregoeiro a convocasse novamente, pois poderia chegar ao valor estimado para a contratação.
16. Depreende-se ainda que a licitante foi a única participante do item e que tal item é de grande relevância para a Administração Público; visto que o certame anterior para aquisição deste medicamento restou fracassado, conforme informação contida no item 3.1.2 do Termo de Referência (6397087).
17. Assim sendo, verifica-se que o retorno de fase para eventual negociação não causará nenhum prejuízo à administração.
18. Ressalta-se, ainda, que a aplicação das normas tem que ser temperada pelo princípio da razoabilidade e proporcionalidade e pelo formalismo moderado, sendo necessário ponderar os interesses

existentes e evitar resultados que -a pretexto de tutelar- prejudiquem a satisfação do tutelar interesse público.

19. Desta forma, tendo em vista o interesse da administração, o e-mail enviado pela licitante, logo após o ocorrido e que eventual retorno não ferirá o princípio da isonomia, cabe a Administração o reexame dos atos do processo com fundamento no próprio art. 109, II da Lei nº 8.666/93 e ainda no princípio da autotutela administrativa, pois assim é a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

“A autotutela envolve dois aspectos quanto à atuação administrativa: 1) aspectos de legalidade, em relação aos quais a Administração, de ofício, procede à revisão de atos ilegais; e 2) aspectos de mérito, em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento”. (p. 25).

20. Em apertada síntese, a autotutela abrange o poder de anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos, estando expressa no art. 53 da Lei nº 9.784/99, art. 14 da Lei Estadual 3.830/2016, assim como na Súmula nº 473 do STF:

21.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 14. A Administração Pública Estadual deve invalidar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.

Súmula 473 do STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

22. Desta forma, opinamos pela manutenção da decisão do Pregoeiro, que julgou procedente o recurso da empresa **UNITED MEDICAL LTDA, para classificar sua proposta para o item 1 e convocação para as demais fases.**

VI - CONCLUSÃO

23. Ante o exposto, opino pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão do Pregoeiro, julgando da seguinte forma:

- **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **UNITED MEDICAL LTDA**, para classificar sua proposta para o item 01.

24. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

25. O presente parecer apenas terá validade após o aprova por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 c/c o artigo 9º, II da Resolução N.08/2019/PGE/RO/2019/PGE-GAB.

26. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Marília dos Santos Amaral
matrícula nº 300142338

Elida Passos de Almeida
Chefe da Assessoria de Análise Técnica
em substituição

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 01/10/2019, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 01/10/2019, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 03/10/2019, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília dos Santos Amaral, Assessor(a)**, em 08/10/2019, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8092335** e o código CRC **459703C7**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0036.107618/2019-19

SEI nº 8092335



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 84/2019/SUPEL-ASSEJUR

À

Equipe de Licitação DELTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2019/DELTA/SUPEL/RO**PROCESSO:** 0036.107618/2019-19**INTERESSADO:** SESAU/RO**ASSUNTO:** ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2019

Em consonância com os motivos expostos na análise de recurso (7531431) e ao parecer proferido pela Procuradoria Geral do Estado (8092335), o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento do Pregoeiro.

DECIDO:

Conhecer e julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **UNITED MEDICAL LTDA**, para classificar sua proposta para o item 01.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão do Pregoeiro da Equipe/DELTA.

Ao Pregoeiro da Equipe/DELTA para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho (RO), 08 de outubro de 2019.

MARCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente/SUPEL

Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rogério Gabriel**, Superintendente, em 08/10/2019, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **8257774** e o código CRC **9C778949**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0036.107618/2019-19

SEI nº 8257774